

27/06/2022 19:47

ENC: Ofício ABIHPEC - PLC 70/2014 que ... - Jacqueline de Souza Alves da Silva


ENC: Ofício ABIHPEC - PLC 70/2014 que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

Maxiley dos Reis Alves Rocha

seg 27/06/2022 14:55

Para: Jacqueline de Souza Alves da Silva <JACQUES@senado.leg.br>;

Prioridade: Alta

 1 anexo

ABISIPA 056 2022 PLC_70_14_Rodrigo_Pacheco.pdf;

De: Sen. Rodrigo Pacheco

Enviada em: segunda-feira, 27 de junho de 2022 11:05

Para: Maxiley dos Reis Alves Rocha <maxiley@senado.leg.br>

Assunto: ENC: Ofício ABIHPEC - PLC 70/2014 que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

Prioridade: Alta

De: João Carlos Basilio da Silva - ABIHPEC [<mailto:jcbasilio@abihpec.org.br>]

Enviada em: segunda-feira, 27 de junho de 2022 11:01

Para: Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>; Joao Batista Marques <JMARQUES@senado.leg.br>

Cc: Karla Brandão - ABIHPEC <karla.brandao@abihpec.org.br>; Ariadne Moraes - ABIHPEC <ariadne@abihpec.org.br>

Assunto: Ofício ABIHPEC - PLC 70/2014 que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

Prioridade: Alta

Algumas pessoas que receberam esta mensagem não costumam receber emails de jcbasilio@abihpec.org.br. [Saiba por que isso é importante](#)

São Paulo, 27 de junho de 2022.
ABISIPA 056/2022.

Exmo. Senhor

Rodrigo Otavio Soares Pacheco

Senador (PSD/MG)

Presidente do Senado Federal

Senado Federal

Cc: João Batista Marques

Chefe de Gabinete

Assunto: PLC 70/2014 que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2014 (Projeto de Lei nº 6.602, de 2013, na origem), do Deputado Ricardo Izar, que *"altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos"*

sen.rodrigopacheco@senado.leg.br; jmarques@senado.leg.br

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal,

A **ABIHPEC - Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos**, entidade que representa empresas instaladas em todo o território nacional, relacionadas à produção, promoção e comercialização de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (HPPC) vem por meio deste informar sobre passo fundamental para a criação de uma lei federal que regulamente em definitivo o banimento dos testes em animais.

Há mais de uma década, a ABIHPEC vem trabalhando de forma contínua, em prol do desenvolvimento e validação de metodologias alternativas para testagem de produtos de nosso setor, e assim, proativamente eliminando em definitivo os testes em animais para produtos acabados. Nossos esforços têm sido feitos junto a diferentes interlocutores, como autoridades, reguladores e legisladores, de nosso país, entre outros.

Também trabalhamos para reiterar publicamente os nossos esforços **em prol da aprovação de Lei Federal com esse objetivo**, via a inclusão em 2020, 2021 e 2022, do **PLC 70/14** na Agenda Legislativa da Indústria, publicação e ferramenta da **Confederação Nacional da Indústria - CNI**, onde os setores industriais tornam públicas suas prioridades junto ao legislativo federal.

O setor de HPPC, representado pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), em parceria com a organização não governamental **Humane Society International (HSI)**, defensora dos direitos dos animais e liderando uma campanha em prol do banimento da realização de testes de cosméticos em animais, trabalham conjuntamente pela aprovação de uma Lei Federal que, com a máxima urgência, regulamente a proibição desses testes no Brasil.

Com esse objetivo conjunto, as entidades vêm a público compartilhar com a sociedade o consenso construído entre as partes e **pedir apoio para que seja dada prioridade para a tramitação e aprovação das alterações acordadas do PLC 70 - em discussão no Senado Federal desde 2014**. Com essa aprovação, será possível harmonizar as exigências legais sobre testes em animais com as necessidades da indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPPC) e as demandas do público consumidor, assim como da sociedade em geral.

Proibições locais de testes em animais para cosméticos estão atualmente em vigor em 12 estados brasileiros e no Distrito Federal, gerando, portanto, uma insegurança jurídica para esse setor e um ambiente regulatório incerto. Uma lei federal robusta ajustará a questão, harmonizando os requisitos legais para a indústria de HPPC, além de atender à crescente demanda do consumidor e dos cidadãos por cosméticos que não tenham sido testados em animais. Com essa lei, teremos o Brasil - que representa cerca de 50% no mercado consumidor de produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos na América Latina - se unindo a um número crescente de nações que já promulgaram leis semelhantes.

O setor produtivo e a HSI, no melhor espírito colaborativo, atuaram conjuntamente por alguns anos em busca de consenso sobre a matéria, a fim de viabilizar o texto para uma norma que atinja os objetivos conjuntos do banimento da realização de testes em animais na indústria de

HPPC e a promoção da convergência regulatória internacional para o tema, consolidando no Brasil, prática alinhada com as mais contemporâneas existentes no mundo.

Para essa finalidade, ABIHPEC e HSI trabalharam nas diferentes etapas de discussão ao longo da tramitação do PLC 70/14 no Senado, ajustando o texto original para que a redação atual reflita os avanços tecnológicos que vem ocorrendo desde 2014, assim como melhores práticas internacionais. **Tal trabalho foi apresentado ao gabinete do Senador Alessandro Vieira, relator da matéria na CAE do Senado, onde foram feitas discussões acerca do tema e houve enorme receptividade e entendimento da validade dos esforços que resultaram nos termos do referido consenso, viabilizando a apresentação do relatório, recém realizada por ele.**

Estas práticas envolvem:

- A proibição da realização de testes em animais em nosso país para finalidades de comercializar produtos cosméticos e ingredientes de uso exclusivo do setor;
- A definição de critérios para utilização de dados de testes já realizados em animais para outras finalidades;
- A definição de critérios sobre certificações – incluindo o uso de selos delas derivados – e alegações que mencionem que os produtos não foram testados em animais.

Fundamental ressaltar que os termos consensados para o texto harmonizado entre as duas entidades para a lei que se pretende aprovar enfatiza a importância de que as autoridades competentes sigam implementando e fomentando o desenvolvimento e uso de metodologias alternativas aos testes em animais e a devida fiscalização para cumprimento da legislação.

A ABIHPEC afirma que a criação de uma Lei Federal para restringir em definitivo os testes em animais para cosméticos é essencial para consolidar a competência legislativa federal sobre este importante assunto e conciliar a regulamentação desta questão em todo o país. O setor vem trabalhando nesse aspecto há muitos anos, com órgãos públicos, universidades e outras associações do setor com o objetivo de acelerar a implementação de métodos que não utilizem animais no país. Assim sendo, o setor está satisfeito com o trabalho conjunto construído a partir do diálogo aberto e transparente com a Humane Society International para consolidar consenso em prol de uma legislação federal sobre o fim dos testes em animais para cosméticos no Brasil.

Para a HSI, a era dos testes de cosméticos em animais está terminando e eles agradecem o espírito colaborativo da ABIHPEC e seus membros, que trabalharam com a organização para elaborar uma lei brasileira robusta proibindo os testes em animais para este setor, que será uma vitória para todas as partes: os consumidores, as empresas e os animais.

Nesse momento, diante do exposto, solicitamos a essa r. Presidência, o apoio ao texto acordado e a prioridade na movimentação e debate desse Projeto de Lei Federal para que este se converta em lei.

Acreditando que nosso trabalho possa contribuir, aproveitamos para externar nossos cumprimentos e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Cordialmente,

João Carlos Basilio
Presidente Executivo

São Paulo, 27 de junho de 2022.

ABISIPA 056/2022.

Exmo. Senhor

Rodrigo Otavio Soares Pacheco

Senador (PSD/MG)

Presidente do Senado Federal

Senado Federal

Cc: João Batista Marques

Chefe de Gabinete

Assunto: PLC 70/2014 que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2014 (Projeto de Lei nº 6.602, de 2013, na origem), do Deputado Ricardo Izar, que *"altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos"*

sen.rodrigopacheco@senado.leg.br; jmarques@senado.leg.br

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal,

A **ABIHPEC - Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos**, entidade que representa empresas instaladas em todo o território nacional, relacionadas à produção, promoção e comercialização de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (HPPC) vem por meio deste informar sobre passo fundamental para a criação de uma lei federal que regulamente em definitivo o banimento dos testes em animais.

Há mais de uma década, a ABIHPEC vem trabalhando de forma contínua, em prol do desenvolvimento e validação de metodologias alternativas para testagem de produtos de nosso setor, e assim, proativamente eliminando em definitivo os testes em animais para produtos acabados. Nossos esforços têm sido feitos junto a diferentes interlocutores, como autoridades, reguladores e legisladores, de nosso país, entre outros.

Também trabalhamos para reiterar publicamente os nossos esforços **em prol da aprovação de Lei Federal com esse objetivo**, via a inclusão em 2020, 2021 e 2022, do **PLC 70/14** na Agenda Legislativa da Indústria, publicação e ferramenta da **Confederação Nacional da Indústria - CNI**, onde os setores industriais tornam públicas suas prioridades junto ao legislativo federal.

O setor de HPPC, representado pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), em parceria com a organização não governamental **Humane Society International (HSI)**, defensora dos direitos dos animais e liderando uma campanha em prol do banimento da realização de testes de cosméticos em animais, trabalham conjuntamente pela aprovação de uma Lei Federal que, com a máxima urgência, regulamente a proibição desses testes no Brasil.

Com esse objetivo conjunto, as entidades vêm a público compartilhar com a sociedade o consenso construído entre as partes e **pedir apoio para que seja dada prioridade para a tramitação e aprovação das alterações acordadas do PLC 70 - em discussão no Senado Federal desde 2014**. Com essa aprovação, será possível harmonizar as exigências legais sobre testes em animais com as necessidades da indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPPC) e as demandas do público consumidor, assim como da sociedade em geral.

Proibições locais de testes em animais para cosméticos estão atualmente em vigor em 12 estados brasileiros e no Distrito Federal, gerando, portanto, uma insegurança jurídica para esse setor e um ambiente regulatório incerto. Uma lei federal robusta ajustará a questão, harmonizando os requisitos legais para a indústria de HPPC, além de atender à crescente demanda do consumidor e dos cidadãos por cosméticos que não tenham sido testados em animais. Com essa lei, teremos o Brasil - que representa cerca de 50% no mercado consumidor de produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos na América Latina - se unindo a um número crescente de nações que já promulgaram leis semelhantes.

O setor produtivo e a HSI, no melhor espírito colaborativo, atuaram conjuntamente por alguns anos em busca de consenso sobre a matéria, a fim de viabilizar o texto para uma norma que atinja os objetivos conjuntos do banimento da realização de testes em animais na indústria de HPPC e a promoção da convergência regulatória internacional para o tema, consolidando no Brasil, prática alinhada com as mais contemporâneas existentes no

mundo.

Para essa finalidade, ABIHPEC e HSI trabalharam nas diferentes etapas de discussão ao longo da tramitação do PLC 70/14 no Senado, ajustando o texto original para que a redação atual reflita os avanços tecnológicos que vem ocorrendo desde 2014, assim como melhores práticas internacionais. **Tal trabalho foi apresentado ao gabinete do Senador Alessandro Vieira, relator da matéria na CAE do Senado, onde foram feitas discussões acerca do tema e houve enorme receptividade e entendimento da validade dos esforços que resultaram nos termos do referido consenso, viabilizando a apresentação do relatório, recém realizada por ele.**

Estas práticas envolvem:

- A proibição da realização de testes em animais em nosso país para finalidades de comercializar produtos cosméticos e ingredientes de uso exclusivo do setor;
- A definição de critérios para utilização de dados de testes já realizados em animais para outras finalidades;
- A definição de critérios sobre certificações – incluindo o uso de selos delas derivados – e alegações que mencionem que os produtos não foram testados em animais.

Fundamental ressaltar que os termos consensados para o texto harmonizado entre as duas entidades para a lei que se pretende aprovar enfatiza a importância de que as autoridades competentes sigam implementando e fomentando o desenvolvimento e uso de metodologias alternativas aos testes em animais e a devida fiscalização para cumprimento da legislação.

A ABIHPEC afirma que a criação de uma Lei Federal para restringir em definitivo os testes em animais para cosméticos é essencial para consolidar a competência legislativa federal sobre este importante assunto e conciliar a regulamentação desta questão em todo o país. O setor vem trabalhando nesse aspecto há muitos anos, com órgãos públicos, universidades e outras associações do setor com o objetivo de acelerar a implementação de métodos que não utilizem animais no país. Assim sendo, o setor está satisfeito com o trabalho conjunto construído a partir do diálogo aberto e transparente com a Humane Society International para consolidar consenso em prol de uma legislação federal sobre o fim dos testes em animais para cosméticos no Brasil.



Para a HSI, a era dos testes de cosméticos em animais está terminando e eles agradecem o espírito colaborativo da ABHIPEC e seus membros, que trabalharam com a organização para elaborar uma lei brasileira robusta proibindo os testes em animais para este setor, que será uma vitória para todas as partes: os consumidores, as empresas e os animais.

Nesse momento, diante do exposto, solicitamos a essa r. Presidência, o apoio ao texto acordado e a prioridade na movimentação e debate desse Projeto de Lei Federal para que este se converta em lei.

Acreditando que nosso trabalho possa contribuir, aproveitamos para externar nossos cumprimentos e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Cordialmente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'João Carlos Basilio', with a large, stylized flourish at the end.

João Carlos Basilio
Presidente Executivo



Rivania Selma de Campos Ferreira

De: Jonas Marques Pimentel
Enviado em: segunda-feira, 27 de junho de 2022 11:45
Para: Rivania Selma de Campos Ferreira
Assunto: ENC: Ofício ABIHPEC - PLC 70/2014 que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado
Anexos: ABISIPA 056 2022 PLC_70_14_Rodrigo_Pacheco.pdf
Prioridade: Alta

De: Joao Batista Marques
Enviada em: segunda-feira, 27 de junho de 2022 11:44
Para: Jonas Marques Pimentel <jonas.pimentel@senado.leg.br>
Assunto: ENC: Ofício ABIHPEC - PLC 70/2014 que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado
Prioridade: Alta

ATR.

João Batista Marques

Chefe de Gabinete da Presidência do Senado Federal
Ed. Principal, Ala Senador Antonio Carlos Magalhães, Gabinete 1
70165-900 Brasília – DF
Telefone: + 55 (61) 3303.2018



“Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente.”

De: João Carlos Basilio da Silva - ABIHPEC [<mailto:jcbasilio@abihpec.org.br>]
Enviada em: segunda-feira, 27 de junho de 2022 11:01
Para: Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>; Joao Batista Marques <JMARQUES@senado.leg.br>
Cc: Karla Brandão - ABIHPEC <karla.brandao@abihpec.org.br>; Ariadne Moraes - ABIHPEC <ariadne@abihpec.org.br>
Assunto: Ofício ABIHPEC - PLC 70/2014 que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado
Prioridade: Alta

Algumas pessoas que receberam esta mensagem não costumam receber emails de jcbasilio@abihpec.org.br. [Saiba por que isso é importante](#)

São Paulo, 27 de junho de 2022.
ABISIPA 056/2022.

Exmo. Senhor

Rodrigo Otavio Soares Pacheco

Senador (PSD/MG)

Presidente do Senado Federal

Senado Federal

Cc: João Batista Marques

Chefe de Gabinete

Assunto: PLC 70/2014 que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2014 (Projeto de Lei nº 6.602, de 2013, na origem), do Deputado Ricardo Izar, que *"altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos"*

sen.rodrigopacheco@senado.leg.br; jmarques@senado.leg.br

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal,

A **ABIHPEC - Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos**, entidade que representa empresas instaladas em todo o território nacional, relacionadas à produção, promoção e comercialização de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (HPPC) vem por meio deste informar sobre passo fundamental para a criação de uma lei federal que regulamente em definitivo o banimento dos testes em animais.

Há mais de uma década, a ABIHPEC vem trabalhando de forma contínua, em prol do desenvolvimento e validação de metodologias alternativas para testagem de produtos de nosso setor, e assim, proativamente eliminando em definitivo os testes em animais para produtos acabados. Nossos esforços têm sido feitos junto a diferentes interlocutores, como autoridades, reguladores e legisladores, de nosso país, entre outros.

Também trabalhamos para reiterar publicamente os nossos esforços **em prol da aprovação de Lei Federal com esse objetivo**, via a inclusão em 2020, 2021 e 2022, do **PLC 70/14** na Agenda Legislativa da Indústria, publicação e ferramenta da **Confederação Nacional da Indústria - CNI**, onde os setores industriais tornam públicas suas prioridades junto ao legislativo federal.

O setor de HPPC, representado pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), em parceria com a organização não governamental **Humane Society International (HSI)**, defensora dos direitos dos animais e liderando uma campanha em prol do banimento da realização de testes de cosméticos em animais, trabalham conjuntamente pela aprovação de uma Lei Federal que, com a máxima urgência, regulamente a proibição desses testes no Brasil.

Com esse objetivo conjunto, as entidades vêm a público compartilhar com a sociedade o consenso construído entre as partes e **pedir apoio para que seja dada prioridade para a tramitação e aprovação das alterações acordadas do PLC 70 - em discussão no Senado Federal desde 2014**. Com essa aprovação, será possível harmonizar as exigências legais sobre testes em animais com as necessidades da indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPPC) e as demandas do público consumidor, assim como da sociedade em geral.

Proibições locais de testes em animais para cosméticos estão atualmente em vigor em 12 estados brasileiros e no Distrito Federal, gerando, portanto, uma insegurança jurídica para esse setor e um ambiente regulatório incerto. Uma lei federal robusta ajustará a questão, harmonizando os requisitos legais para a indústria de HPPC, além de atender à crescente demanda do consumidor e dos cidadãos por cosméticos que não tenham sido testados em animais. Com essa lei, teremos o Brasil - que representa cerca de 50% no mercado consumidor de produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos na América Latina – se unindo a um número crescente de nações que já promulgaram leis semelhantes.

O setor produtivo e a HSI, no melhor espírito colaborativo, atuaram conjuntamente por alguns anos em busca de consenso sobre a matéria, a fim de viabilizar o texto para uma norma que atinja os objetivos conjuntos do banimento da realização de testes em animais na indústria de HPPC e a promoção da convergência regulatória internacional para o tema, consolidando no Brasil, prática alinhada com as mais contemporâneas existentes no mundo.

Para essa finalidade, ABIHPEC e HSI trabalharam nas diferentes etapas de discussão ao longo da tramitação do PLC 70/14 no Senado, ajustando o texto original para que a redação atual reflita os avanços tecnológicos que vem ocorrendo desde 2014, assim como melhores práticas internacionais. **Tal trabalho foi apresentado ao gabinete do Senador Alessandro Vieira, relator da matéria na CAE do Senado, onde foram feitas discussões acerca do tema e houve enorme receptividade e entendimento da validade dos esforços que resultaram nos termos do referido consenso, viabilizando a apresentação do relatório, recém realizada por ele.**

Estas práticas envolvem:

- A proibição da realização de testes em animais em nosso país para finalidades de comercializar produtos cosméticos e ingredientes de uso exclusivo do setor;

- A definição de critérios para utilização de dados de testes já realizados em animais para outras finalidades;
- A definição de critérios sobre certificações – incluindo o uso de selos delas derivados – e alegações que mencionem que os produtos não foram testados em animais.

Fundamental ressaltar que os termos consensados para o texto harmonizado entre as duas entidades para a lei que se pretende aprovar enfatiza a importância de que as autoridades competentes sigam implementando e fomentando o desenvolvimento e uso de metodologias alternativas aos testes em animais e a devida fiscalização para cumprimento da legislação.

A ABIHPEC afirma que a criação de uma Lei Federal para restringir em definitivo os testes em animais para cosméticos é essencial para consolidar a competência legislativa federal sobre este importante assunto e conciliar a regulamentação desta questão em todo o país. O setor vem trabalhando nesse aspecto há muitos anos, com órgãos públicos, universidades e outras associações do setor com o objetivo de acelerar a implementação de métodos que não utilizem animais no país. Assim sendo, o setor está satisfeito com o trabalho conjunto construído a partir do diálogo aberto e transparente com a Humane Society International para consolidar consenso em prol de uma legislação federal sobre o fim dos testes em animais para cosméticos no Brasil.

Para a HSI, a era dos testes de cosméticos em animais está terminando e eles agradecem o espírito colaborativo da ABHIPEC e seus membros, que trabalharam com a organização para elaborar uma lei brasileira robusta proibindo os testes em animais para este setor, que será uma vitória para todas as partes: os consumidores, as empresas e os animais.

Nesse momento, diante do exposto, solicitamos a essa r. Presidência, o apoio ao texto acordado e a prioridade na movimentação e debate desse Projeto de Lei Federal para que este se converta em lei.

Acreditando que nosso trabalho possa contribuir, aproveitamos para externar nossos cumprimentos e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Cordialmente,

João Carlos Basilio
Presidente Executivo

São Paulo, 27 de junho de 2022.

ABISIPA 056/2022.

Exmo. Senhor

Rodrigo Otavio Soares Pacheco

Senador (PSD/MG)

Presidente do Senado Federal

Senado Federal

Cc: João Batista Marques

Chefe de Gabinete

Assunto: PLC 70/2014 que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2014 (Projeto de Lei nº 6.602, de 2013, na origem), do Deputado Ricardo Izar, que *"altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos"*

sen.rodrigopacheco@senado.leg.br; jmarques@senado.leg.br

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal,

A **ABIHPEC - Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos**, entidade que representa empresas instaladas em todo o território nacional, relacionadas à produção, promoção e comercialização de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (HPPC) vem por meio deste informar sobre passo fundamental para a criação de uma lei federal que regulamente em definitivo o banimento dos testes em animais.

Há mais de uma década, a ABIHPEC vem trabalhando de forma contínua, em prol do desenvolvimento e validação de metodologias alternativas para testagem de produtos de nosso setor, e assim, proativamente eliminando em definitivo os testes em animais para produtos acabados. Nossos esforços têm sido feitos junto a diferentes interlocutores, como autoridades, reguladores e legisladores, de nosso país, entre outros.

Também trabalhamos para reiterar publicamente os nossos esforços **em prol da aprovação de Lei Federal com esse objetivo**, via a inclusão em 2020, 2021 e 2022, do **PLC 70/14** na Agenda Legislativa da Indústria, publicação e ferramenta da **Confederação Nacional da Indústria - CNI**, onde os setores industriais tornam públicas suas prioridades junto ao legislativo federal.

O setor de HPPC, representado pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), em parceria com a organização não governamental **Humane Society International (HSI)**, defensora dos direitos dos animais e liderando uma campanha em prol do banimento da realização de testes de cosméticos em animais, trabalham conjuntamente pela aprovação de uma Lei Federal que, com a máxima urgência, regule a proibição desses testes no Brasil.

Com esse objetivo conjunto, as entidades vêm a público compartilhar com a sociedade o consenso construído entre as partes e **pedir apoio para que seja dada prioridade para a tramitação e aprovação das alterações acordadas do PLC 70 - em discussão no Senado Federal desde 2014**. Com essa aprovação, será possível harmonizar as exigências legais sobre testes em animais com as necessidades da indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPPC) e as demandas do público consumidor, assim como da sociedade em geral.

Proibições locais de testes em animais para cosméticos estão atualmente em vigor em 12 estados brasileiros e no Distrito Federal, gerando, portanto, uma insegurança jurídica para esse setor e um ambiente regulatório incerto. Uma lei federal robusta ajustará a questão, harmonizando os requisitos legais para a indústria de HPPC, além de atender à crescente demanda do consumidor e dos cidadãos por cosméticos que não tenham sido testados em animais. Com essa lei, teremos o Brasil - que representa cerca de 50% no mercado consumidor de produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos na América Latina - se unindo a um número crescente de nações que já promulgaram leis semelhantes.

O setor produtivo e a HSI, no melhor espírito colaborativo, atuaram conjuntamente por alguns anos em busca de consenso sobre a matéria, a fim de viabilizar o texto para uma norma que atinja os objetivos conjuntos do banimento da realização de testes em animais na indústria de HPPC e a promoção da convergência regulatória internacional para o tema, consolidando no Brasil, prática alinhada com as mais contemporâneas existentes no

mundo.

Para essa finalidade, ABIHPEC e HSI trabalharam nas diferentes etapas de discussão ao longo da tramitação do PLC 70/14 no Senado, ajustando o texto original para que a redação atual reflita os avanços tecnológicos que vem ocorrendo desde 2014, assim como melhores práticas internacionais. **Tal trabalho foi apresentado ao gabinete do Senador Alessandro Vieira, relator da matéria na CAE do Senado, onde foram feitas discussões acerca do tema e houve enorme receptividade e entendimento da validade dos esforços que resultaram nos termos do referido consenso, viabilizando a apresentação do relatório, recém realizada por ele.**

Estas práticas envolvem:

- A proibição da realização de testes em animais em nosso país para finalidades de comercializar produtos cosméticos e ingredientes de uso exclusivo do setor;
- A definição de critérios para utilização de dados de testes já realizados em animais para outras finalidades;
- A definição de critérios sobre certificações – incluindo o uso de selos delas derivados – e alegações que mencionem que os produtos não foram testados em animais.

Fundamental ressaltar que os termos consensados para o texto harmonizado entre as duas entidades para a lei que se pretende aprovar enfatiza a importância de que as autoridades competentes sigam implementando e fomentando o desenvolvimento e uso de metodologias alternativas aos testes em animais e a devida fiscalização para cumprimento da legislação.

A ABIHPEC afirma que a criação de uma Lei Federal para restringir em definitivo os testes em animais para cosméticos é essencial para consolidar a competência legislativa federal sobre este importante assunto e conciliar a regulamentação desta questão em todo o país. O setor vem trabalhando nesse aspecto há muitos anos, com órgãos públicos, universidades e outras associações do setor com o objetivo de acelerar a implementação de métodos que não utilizem animais no país. Assim sendo, o setor está satisfeito com o trabalho conjunto construído a partir do diálogo aberto e transparente com a Humane Society International para consolidar consenso em prol de uma legislação federal sobre o fim dos testes em animais para cosméticos no Brasil.



Para a HSI, a era dos testes de cosméticos em animais está terminando e eles agradecem o espírito colaborativo da ABHIPEC e seus membros, que trabalharam com a organização para elaborar uma lei brasileira robusta proibindo os testes em animais para este setor, que será uma vitória para todas as partes: os consumidores, as empresas e os animais.

Nesse momento, diante do exposto, solicitamos a essa r. Presidência, o apoio ao texto acordado e a prioridade na movimentação e debate desse Projeto de Lei Federal para que este se converta em lei.

Acreditando que nosso trabalho possa contribuir, aproveitamos para externar nossos cumprimentos e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Cordialmente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'João Carlos Basilio', with a large, stylized flourish at the end.

João Carlos Basilio
Presidente Executivo

